

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG03 CULTURA E HEGEMONIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

**O Encontro Nacional de Violeiros do MST: (des)encontros entre cultura caipira e  
luta pela terra no Nordeste Paulista**

Fernando Pedrazolli Filho

Rosemeire Aparecida Scopinho

## 1. Introdução

O presente artigo refere-se à análise e aos principais resultados e conclusões de dissertação de mestrado<sup>1</sup> cujo objeto de estudo é o movimento de valorização da cultura caipira observado recentemente no Brasil. Esta questão foi tratada por meio da análise do significado do evento denominado Encontro Nacional de Violeiros, organizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Regional de Ribeirão Preto-SP), para o processo organizativo dos trabalhadores rurais assentados na Região Nordeste Paulista, especificamente os do Assentamento Sepé Tiarajú que é resultado da primeira ocupação organizada pelo MST nesta região.

Os Encontros ocorreram em cinco edições, entre os anos de 2003 e 2009. Foram concebidos, organizados e construídos por acampados e assentados organizados pelo MST no Centro de Formação Dom Helder Câmara que, na época, localizava-se no Sítio Pau D'Alho, no município de Ribeirão Preto. Este município é nacional e internacionalmente conhecido como a "capital nacional do agronegócio", por ser o centro econômico e financeiro da produção sucroalcooleira.

Pode-se dizer que esta iniciativa configurou-se como um dos desdobramentos de um processo de reorientação das diretrizes organizativas do Movimento que, a partir de meados dos anos noventa, deu origem à uma estrutura interna denominada Coletivo de Cultura, criada para incentivar a valorização dos aspectos culturais na militância e na luta pela terra. Essa inovação organizativa foi responsável, entre outros, por contribuir para se pensar os assentamentos organizados pelo MST como espaços de realização de ideais anticapitalistas, baseados em uma nova matriz tecnológica orientada para a agroecologia e para o cooperativismo, o que também são as diretrizes organizativas dos assentamentos recentemente criados no estado de São Paulo.

Esse processo ocorreu diante dos novos desafios que surgiram para a luta pela terra, a partir de meados dos anos noventa. Dentre eles, o avanço físico e ideológico do agronegócio, o declínio do debate público sobre a reforma agrária, o aumento da repressão aos movimentos sociais do campo e a concretização do projeto de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) como substituição à reforma agrária redistributiva (MST, 2001). Além disso, verifica-se uma maior preocupação organizativa e formativa com a base de acampados e assentados. No caso do assentamento estudado, essa base é

---

<sup>1</sup> Pedrazolli Filho (2015).

composta por uma maioria de migrantes vindos de várias regiões do país, caracterizados por uma trajetória de vida, individual e familiar, passando por experiências de trabalhos precários rurais e também urbanos. Em resumo, trajetórias de desenraizamento (SCOPINHO, 2012).

Passada quase uma década do período de realização da série de eventos, foi importante examinar o seu significado para o processo organizativo dos trabalhadores rurais assentados no nordeste paulista, dado que tanto a literatura disponível sobre o tema quanto as aproximações com o campo empírico da pesquisa apontam para os limites e as contradições da situação socioeconômica dos trabalhadores assentados.

No processo de análise, verificamos que o processo organizativo dos Encontros atingiu um nível inesperado até para os seus organizadores. Chegou a ser o maior evento, com essas características, sobre viola caipira no Brasil. Por outro lado, verificamos contradições e desencontros quanto aos objetivos que tinham ao organizarem tal evento, os quais que permitiram refletir sobre seus limites no que se refere a contribuir para o processo organizativo do assentamento e sobre os significados atribuídos à cultura caipira na atualidade.

O referencial teórico utilizado partiu da crítica ao "estilo de pensamento dualista", realizada pela chamada Escola Sociológica Paulista. Para Marins (1981), o dualismo caracteriza-se como um "modo de pensar" que acompanhou o tipo de desenvolvimento capitalista brasileiro, o qual caracterizamos de "excludente, precário e predatório" (IANNI, 2004b; PRADO Jr, 2000). Este pôs a seu serviço a grande maioria da população, predominantemente rural, desenraizada e sempre migrante, que "modernizou" o país sem desfrutar dos padrões de vida considerados modernos (CÂNDIDO, 1971). A dualidade entre o "progresso" e o "atraso", inerente a este modo de pensar, cumpriu seu papel ideológico nesse processo.

A escola sociológica paulista foi responsável por fazer uma crítica a esse processo. Alguns de seus autores interpretaram o caipira e a sua cultura a partir do movimento histórico e dialético manifestado no tipo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil, compreendendo-o como protagonista e, ao mesmo tempo, vítima deste processo (MARTINS, 1975). Ao observar os movimentos recentes de valorização da cultura caipira, um dos quais foi o Encontro Nacional de Violeiros do MST, é possível reafirmar a atualidade deste debate, especialmente diante das transformações contemporâneas do rural brasileiro.

Nosso objetivo, portanto, foi o de analisar o significado da experiência de realização dos Encontros de Violeiros - entendidos como formas de valorizar a cultura caipira nos espaços dos assentamentos rurais - para o processo formativo e organizativo dos trabalhadores rurais assentados. A principal hipótese foi a de que processo de valorização de elementos ligados à cultura caipira, nesse contexto, operou como uma estratégia organizativa, vinculada a um processo de formação mais amplo entre os assentados organizados pelo MST, com vistas ao ideal de "enraizamento".

## **2. O caipira e o desenvolvimento rural brasileiro**

Durante o século passado, a imagem do caipira esteve relacionada aos discursos sobre a modernização, o desenvolvimento e o progresso. No pensamento social brasileiro, este personagem assumiu diferentes significados, caricaturou-se por estar sempre atrelado a determinadas ideologias e projetos de desenvolvimento em disputa. Por este motivo, foi uma das figuras mais negativamente marcadas pela modernização capitalista adotada no Brasil.

A obra de Monteiro Lobato do início do século XX e, especialmente, seu personagem "Jeca Tatu" - preguiçoso, doente, sujo, "inadaptável à civilização" (LOBATO, 2009) -, povoa ainda hoje o imaginário depreciativo sobre o caipira. Esta caricatura consagrou-se num contexto de rápida modernização e urbanização pelo apelo raciológico e higienista, paradigmas que marcaram a construção do personagem (SANTOS, 2003).

Cornélio Pires, contemporâneo de Lobato, foi um dos responsáveis por combater esta imagem. Preocupando-se em valorizar o caipira, referiu-se a ele como o verdadeiro desbravador dos sertões, mas que era vítima do analfabetismo e da exploração dos fazendeiros. Ele pintou um caipira inteligente, forte, sagaz, esperto, engraçado, bonachão, enganador, ao mesmo tempo em que dócil, amoroso e resignado (PIRES, 2002; 2004).

Na primeira metade do século XX, portanto, podemos caracterizar esse debate como sendo uma oposição entre depreciação e valorização do caipira. O critério usado pelos autores analisados foi o raciológico, característico e muito presente no pensamento social brasileiro até meados do século XX (SCHWARCZ, 1993). O Jeca Tatu, entretanto, sob o crivo dualista, parece ter sido o mais apropriado pela indústria cultural e pelo imaginário social ao longo dos anos.

Ainda na década de 1950, Antonio Candido defendeu tese que daria origem ao livro *Os parceiros do Rio Bonito*<sup>2</sup>. O ambiente acadêmico de que participava, em processo de consolidação, e as conseqüentes preocupações com o padrão teórico-metodológico exigidos permitiram um novo olhar sobre o caipira. Candido dialogava criticamente com os chamados "estudos de comunidade". Estes foram importantes por serem responsáveis por empregarem, pela primeira vez, o método etnográfico no estudo de populações rurais no Brasil, inclusive os caipiras. Porém, não questionavam a dualidade entre o arcaico e o progresso, que previa o desaparecimento desses modos de vida ante à modernização do país.

O autor do clássico apostou na possibilidade de uma relação diferente entre a modernização e o modo de vida caipira. Para ele haveria uma possibilidade de inserção do caipira na sociedade moderna, desde que os padrões construídos com a modernidade fossem levados ao campo. Isto poderia ocorrer se tal desenvolvimento viesse acompanhado de uma reforma agrária, compreendida, para ele, como uma divisão/distribuição de terras, que visasse assegurar as condições de vida do homem rural, diferentemente do modo como se deu sua violenta expropriação.

Depois de Candido, outros autores dispuseram-se a estudar o universo rural caipira em desajuste. Ganharam destaque as análises produzidas pelos autores da chamada "Escola Sociológica Paulista". O pensamento social produzido por esta escola, na Universidade de São Paulo (USP), esteve diretamente ligado ao tipo de institucionalização das Ciências Sociais neste local<sup>3</sup>.

O rigor do método de apropriação científica nas ciências sociais era uma novidade no Brasil e se desenvolvia, até então, somente naquela universidade. Um processo de autonomização científica nos moldes europeus, livre das demandas políticas gerou condições para que se criasse uma corrente de pensamento crítica ao imediatismo da realidade político-econômica - o desenvolvimentismo. Já, no Rio de Janeiro - tomamos como exemplo o caso ISEB (Instituto Superior de Estudos brasileiros) - permaneceram as análises de cunho ensaísta e generalista, caracterizadas fortemente pelo dualismo, cujos objetos eram definidos em função de sua relevância política, ou seja, sempre, pautados pelo entusiasmo do desenvolvimentismo (MICELI, 1987; ORTIZ, 1990).

---

<sup>2</sup> Apresentado como sua tese de doutorado em 1954 e publicado pela primeira vez em 1964.

<sup>3</sup> Sobre a formação do pensamento social da escola sociológica paulista e a institucionalização das ciências sociais no Brasil: Miceli (1987) e Bastos, (2002).

O estilo de pensamento dualista ancora-se numa visão linear e evolucionista da história que, aplicadas nas análises sobre os "problemas brasileiros", criou a ideia da existência de dois Brasis, um "moderno", associado ao desenvolvimento urbano-industrial, e outro, "arcaico", associado ao "passado rural" e suas relações sociais características. Segundo esta lógica, a imposição do moderno necessitava da destruição, do aniquilamento do "passado arcaico". Nos anos cinquenta, auge do desenvolvimentismo, esse tipo de análise foi disseminado principalmente pelo ISEB<sup>4</sup> e servia como aparato ideológico para a implantação de projetos desenvolvimentistas (BASTOS, 2002; IANNI, 2004a; MARTINS, 1981; MICELI, 1987).

A Escola Sociológica Paulista, encabeçada por Florestan Fernandes, desenvolveu uma tradição de pensamento que nasceu da crítica ao evolucionismo anti-histórico contido no estilo de pensamento dualista. Segundo Bastos (2002, p. 185-186),

A escola sociológica paulista, denominação que se atribui ao grupo que tem como centro Florestan Fernandes e seus assistentes, apresenta como eixo de sua reflexão a pergunta sobre as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil. A especificidade de seu caminho analítico é dada por um objetivo claro: a recusa de uma visão dualista, comum à maioria dos intérpretes, e que aparece nestes como um *continuum* onde o processo de mudança social teria a função de superação desse retardo. Recusando essa posição, o autor, acompanhado pelos pesquisadores que o cercam ou que descendem dessa tradição de pensamento, toma a imagem e altera-lhe o sentido: em lugar de uma explicação linear, opera como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objetivo, a unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e método de investigação.

Segundo os autores desta Escola, no Brasil, o "passado arcaico" não só conviveria com o "moderno", mas tornar-se-ia imprescindível para a realização do tipo específico de desenvolvimento que se deu aqui. Isto é, o processo de desenvolvimento no Brasil depende de uma articulação *sui generis* entre o "atraso" e o "moderno", que não é a de negação, contraposição, pelo contrário, segundo uma visão historicista, trata-se de uma relação dialética.

É nesse contexto que Maria Isaura Pereira de Queiróz (1973) analisou, sob uma perspectiva crítica a Antonio Candido, a inserção do caipira no processo de urbanização. Para ela, havia uma margem maior, do que considerava Candido, para a reprodução do modo devida caipira, pois este caracterizava-se mais pela condição de pequenos

---

<sup>4</sup> Sobre a inserção do ISEB como matriz da ideologia do nacional-desenvolvimentismo nos anos cinquenta, consultamos Ortiz (2009) e Ianni (2004b). Este autor chama de "neobismarckismo" este aspecto da produção intelectual deste instituto.

produtores do que pelo "ajuste mínimo ecológico e social à terra"<sup>5</sup>. Dessa forma, poderia haver diferentes meios de inserções dos bairros rurais em relação ao desenvolvimento urbano, com maior ou menor grau de desarticulação, ou seja, diferentes relações possíveis entre campo e cidade.

José de Sousa Martins (1975, p. 39) desenvolveu a ideia da Escola Sociológica Paulista de que não se pode considerar o modo de vida rural como arcaico, como “‘aberração’ ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira”. Esse autor afirmou que “O desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível, graças à existência de uma estrutura agrária estruturada de modo a suportar e absorver os custos da acumulação de capital e da industrialização”. Para caracterizar o dualismo, ele utiliza a noção de "estilo de pensamento", ou seja, um "modo de conhecer" que não se confunde com o "pensamento em si mesmo" (MARTINS, 1981, p. 14).

Portanto, creio que aqueles de nós que estamos preocupados em ir além dos esquemas dualistas, devemos num primeiro momento demorar não apenas sobre os limites das dualidades, mas também sobre sua gênese histórica e seus compromissos, para darmos o primeiro passo antes do segundo, isto é, para descobrirmos, primeiramente, a razão do dualismo. É que o dualismo não pode ser ingenuamente reduzido a um engano, uma imperfeição teórica, a um viés. Assim como a análise dialética, ele também tem sua razão que é uma razão anti-histórica, mas historicamente determinada (MARTINS, 1981, p. 12).

A Escola Sociológica Paulista foi responsável por desvendar a "razão anti-histórica" do dualismo que reproduzia o método positivista e evolucionista da história, para o qual o rural brasileiro era tomado como arcaico, relegado à "periferia" do desenvolvimento urbano-industrial e, por isso, fadado a desaparecer. A imagem do caipira, alimentada pela visão depreciativa do Jeca Tatu, mostrava-se como símbolo desse "arcaísmo". Essa primeira crítica ao dualismo foi, ao mesmo tempo, uma crítica à lógica desenvolvimentista que, de fato, corroe as condições de vida no campo para este tipo social, obrigando-o a alterar seu modo de vida e migrar para as cidades onde já eram estigmatizados.

Acreditamos que, apesar dessa intensa crítica, a força do pensamento dualista ainda permaneça hegemônica no imaginário social sobre o caipira e sobre o rural, em geral, no Brasil. Ele alimentou todo o processo de modernização pautado pelo modelo

---

<sup>5</sup> O ajuste mínimo, ecológico e social, à terra é a base da definição do modo de vida caipira em Candido (1971). Refere-se às condições precárias que conservam características do bandeirante (espírito aventureiro) com o indígena, à sociabilidade dada pelo bairro rural.

"revolução verde", a partir dos anos de 1960. Atualmente, verificamos sua força ideológica na exaltação ao modelo do agronegócio.

Ridenti (2010) analisou as políticas culturais dos chamados CPCs (Centros Populares de Cultura) da UNE – União Nacional dos Estudantes formados por estudantes, intelectuais e artistas de esquerda, nos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Esses artistas e intelectuais concentravam-se, justamente, em São Paulo e no Rio de Janeiro e foram responsáveis por voltarem os olhos para “dentro do Brasil”, ou seja, passaram a valorizar os aspectos culturais das populações interioranas como uma crítica à elite brasileira e sua concepção "estrangeirista" de arte. Na música, na literatura e no teatro, passaram a valorizar elementos culturais regionalistas misturados com eruditos<sup>6</sup>. Este autor alegou que a imagem do caipira, no entanto, já era estigmatizada demais para ser romantizada. Segundo Ridenti (2010, p. 127-128):

Certa idealização do homem do campo do Nordeste foi muito marcante do imaginário esquerdista da época, presente também nas obras de arte, em que se louvava até o banditismo social dos cangaceiros. Isso contrastava com certo silêncio acerca das figuras da gente do campo do Sul e do Sudeste, gaúchos ou caipiras, talvez porque estivessem bem mais próximos da experiência imediata de camadas médias da sociedade originária dessas regiões, recentemente urbanizadas, e que constituíam a principal base social da agitação política e da cultura do período. Era preferível mirar-se na representação do sertanejo – tido como “um forte” desde os tempos de Euclides da Cunha – que em estereótipos de submissão como o do Jeca Tatu de Monteiro Lobato.

Hoje, ainda, o estigma do caipira – associado ao Jeca Tatu, como antítese do moderno – parece-nos muito forte, a não ser quando esteja relacionado a um produto mercadológico como a música sertaneja, que volta a ter um recente surto de sucesso, ou quando está associado ao agronegócio. Nesses casos, há uma relação dúbia entre valorização e depreciação do caipira: ao mesmo tempo em que se busca um referencial para a identificação com o universo rural, tenta-se negar a realidade do campo do Brasil, marcada por seu caráter precário, predatório e excludente, que gera conflitos, violência, e pobreza. Como resultado, o universo *country* norte americano e seus *cowboys* e rodeios, tornam-se a referência para o homem rural (moderno) do agronegócio.

Alonso (2011), em recente pesquisa de doutorado, nos trouxe uma importante reflexão acerca da música sertaneja e indústria cultural<sup>7</sup>. Uma das primeiras e mais

---

<sup>6</sup> Baseado na obra do inglês Raymond Williams, Ridenti usa o conceito de "estrutura de sentimento" e caracteriza como "romantismo revolucionário" esse tipo de atitude tão típica dos intelectuais de esquerda desse período.

<sup>7</sup> Importa deter-nos brevemente sobre este assunto, a dualidade musica sertaneja/caipira, pois foi bastante explorado nos discursos que envolvem o Encontro Nacional de Violeiros. Alonso (2011) traz uma chave de



expressivas manifestações de valorização da cultura caipira após Cornélio Pires ocorreu na música popular ainda nos anos setenta. Alonso faz um histórico bastante crítico de como foi sendo forjada a diferenciação entre música caipira e sertaneja, como se estas fossem mutuamente excludentes, impossíveis de ocuparem o mesmo espaço.

O estilo que passou a ser considerado "caipira" foi resultado de um esforço baseado na "estrutura de pensamento" do "romantismo revolucionário", segundo os termos de Ridenti (2010), a partir dos anos de 1960. Foram justamente os intelectuais, artistas e críticos que buscaram um referencial romantizado para definir e valorizar a música tipicamente camponesa, que passou então a ser chamada de caipira. Para esses, a indústria cultural, nos termos adornianos, teria dominado grande parcela desse setor transformando-o em músicas de "baixa qualidade" estandartizadas, que passaram a ser chamadas de "música sertaneja". Essa, além disso, estaria invadida de estrangeirismos no estilo e na instrumentação e passou a ser vista como simples entretenimento para alienar a classe migrante pobre, enquanto que a "música caipira", verdadeira, representaria uma resistência ao processo de massificação e alienação.

Oliveira (2009, citado por HAAG, 2009, p.83) explicou sucintamente este processo:

Trata-se de uma música que seria colocada à margem por classes dominantes e consumida por um público vasto, porém "subalterno", como se dizia na época. Até a segunda metade dos anos 1980 ela permanecia à margem no conjunto da música brasileira, um gênero escutado fora do centro. Desse modo, o campo da música sertaneja, até então, estava dividido em duas posições: uma valorizando as raízes caipiras da música sertaneja, e que usava a expressão "música caipira" para denotar sua prática e diferenciá-la da outra posição formada por uma música sertaneja aberta às influências externas e que usava a expressão "música sertaneja" para se denotar.

A análise de Alonso é bastante crítica ao que foi propagado, geralmente de forma negativa, sobre a música sertaneja. Ele desmistifica a noção de "autenticidade" da música caipira ao problematizar historicamente esta diferenciação entre "caipira" e "sertanejo". São os mesmos criadores da sigla "MPB" que se esforçaram para diferenciar aquilo que seria autêntico daquilo que seria adulterado por influências estrangeiras, atribuindo-lhes características forjadas: no caso da música caipira, a "resistência" e o "revolucionário". Na música sertaneja, a "alienação", o "populismo", a "ignorância" e o "mau gosto" (ALONSO, 2011).

---

interpretação com a qual concordamos parcialmente ao desconstruir historicamente tal dualidade, dando-nos ferramentas para pensarmos criticamente tais discursos.

Acreditamos que essa visão colabore para pensar criticamente parte de nosso campo empírico, aquele que se refere à música caipira e indústria cultural. Esse debate existiu durante a concepção e construção do Encontro Nacional de Violeiros e teve desdobramentos importantes que nos ajudaram a refletir sobre o processo social de valorização da cultura caipira pretendido pelo MST e seu ideal de recampesinação. Pudemos perceber que os referenciais que foram feitos à música sertaneja e caipira quase sempre associavam-se positivamente àquela diferenciação que Alonso considerou conservadora.

Hoje em dia, em alguns casos específicos, no âmbito de alguns setores culturais, artísticos e intelectuais, parece haver outros movimentos de valorização de aspectos da cultura caipira: um passado renegado, quase perdido, que, redescoberto, teria algo a se explorar, a nos ensinar. As recentes pesquisas acadêmicas sobre a cultura caipira, que tratam da música, das festas, das danças, das crenças, da linguagem, do mutirão, dos bairros, da agricultura familiar, da convivência com a natureza, isto é, das reminiscências e sobrevivências de um modo de vida passado, apontam para isso. Porém, como vimos, se a crítica feita ao dualismo permitiu esses processos recentes de revalorização da cultura caipira, tal ideário não pode ocorrer desacompanhado de uma ressignificação da mesma. Isto é, há sempre uma seleção de alguns elementos constituintes do universo cultural caipira que são elencados conforme os objetivos que se buscam ao valorizá-la. Esta instrumentalização caracteriza o que Ridenti (2010) chamou de "romantismo" e pode esconder o caráter contraditório presente na cultura caipira, como em toda cultura.

A análise de nosso campo empírico nos mostrou que, neste caso, o pensamento sobre o caipira continuou ainda hoje a ser invocado ao inserir-se em um processo social de disputas que serve a objetivos ideológicos distintos. No entanto, apesar de o dualismo ter sido superado teoricamente desde os anos cinquenta, ele ainda parece orientar algumas concepções e práticas de desenvolvimento atuais, como a ideologia do neodesenvolvimentismo - que tem o Estado como propulsor - cuja principal frente é o agronegócio.

### **3. Método**

O material empírico analisado compôs-se de duas fontes de informações: a primeira delas é documental. Refere-se ao conjunto do material produzido pela *Oficina de Comunicação* realizada no IV Encontro Nacional de Violeiros, em 2006, coordenada

pelo Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (Nuestra) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (DPsi-UFSCar).

Nesse Encontro, ocorreram oficinas preparatórias com a participação de militantes de regionais do MST de todo o Brasil. Elas tiveram o objetivo de dar formação e garantir a participação efetiva desses militantes no Encontro, além de ajudar na sua construção e organização. Uma dessas oficinas foi a de comunicação, que fora pensada para construir a memória do Encontro de maneira que se pudesse internalizar o registro do evento e, assim, se contrapor à grande mídia que constrói uma visão preconceituosa do Movimento.

Nessa oficina, os organizadores,icineiros e violeiros foram entrevistados sobre a organização do Encontro, a valorização da cultura caipira, o universo da viola, as trajetórias de vida, a relação com o Movimento, etc. Durante a semana em que ocorreu o IV Encontro, foram coletadas e transcritas 19 entrevistas, num total de mais de 10 horas de gravação, e foi produzido um vídeo documentário sobre o Encontro. Destacamos aqui a importância dessa iniciativa que possibilitou a formação de um acervo documental importantíssimo para a memória não só do Encontro Nacional de Violeiros, mas de parte da história regional do Movimento e do próprio município, dada a importância cultural e política que adquiriu esse evento.

A segunda fonte de informações empíricas utilizada refere-se ao material coletado em trabalho de campo realizado por nós, entre os anos de 2013 e 2014, em um assentamento rural localizado na região de Ribeirão Preto, o PDS Sepé Tiaraju, de onde vinha boa parte dos organizadores dos Encontros. Nosso objetivo nessa etapa da pesquisa foi o de colher informações sobre os Encontros de Violeiros e sobre o processo organizativo atual do assentamento que pudessem servir como um diagnóstico, do ponto de vista dos assentados, para que pudessemos comparar com aqueles discursos captados no período de realização dos Encontros (fonte documental). Para isso, utilizamo-nos de técnicas e materiais etnográficos como o trabalho de campo no assentamento, o roteiro de entrevista semiestruturada e o registro das observações em diário de campo.

Nosso roteiro seguiu a seguinte divisão temática: 1) a trajetória de vida dos assentados, para que pudessemos observar a origem, locais de moradia e condições de trabalho antes do assentamento desses migrantes que, em sua maioria, compõem os assentamentos rurais daquela região; 2) a participação no MST e no processo de acampamento / assentamento para compreendermos o significado da experiência de luta

pela terra; 3) a avaliação dos assentados sobre os Encontros de Violeiros e sobre o processo organizativo do assentamento, para compreendermos seu ponto de vista e o significado que eles atribuíam ao evento como estratégia de luta social. Importante salientar que, a cada conversa, sentimos a necessidade de alterar e melhorar o roteiro de entrevistas conforme as características dos entrevistados.

Com base no tipo de informações que queríamos obter, priorizamos formular questões abertas que não induzissem a uma resposta “sim/não”, mas que servissem para que o interlocutor reavivasse lembranças de sua trajetória e nos contasse. Como nos orienta Beaud e Weber (2007), na situação de entrevista torna-se necessário que nos libertemos de pré-noções em relação à trajetória do entrevistado e ao seu ponto de vista. Este deve ser contextualizado numa posterior interpretação, mas não questionado no momento da entrevista, uma vez que “o que eles pensam sobre tal ou qual coisa – suas “opiniões” – só tem valor e sentido a partir de suas práticas” (BEAUD e WEBER, 2007, p.144).

No processo de análise, pudemos notar diferenças entre os discursos das entrevistas documentadas, coletadas no período dos Encontros (fonte documental), as quais refletiam um momento de euforia devido ao grande êxito de sua organização, e das entrevistas realizadas por nós, oito anos depois (fonte etnográfica). A partir desta última, observamos que houve, na verdade, um desencontro entre as expectativas e os objetivos que os organizadores tinham ao construírem o Encontro de Violeiros, isto é, dissensos que refletiram diretamente nos rumos que os Encontros foram tomando, inclusive, no seu fim.

#### **4. Caracterização do campo empírico**

##### **4.1. A região Nordeste Paulista**

Nesta seção dedicaremos-nos à análise do tipo de desenvolvimento rural no nordeste paulista, o qual, inegavelmente, repercutiu na formação social da região. Como desdobramentos desse processo, o município de Ribeirão Preto, espécie de capital regional, não só ganhou o título de "capital nacional do agronegócio", por ser o centro econômico e financeiro da produção sucroalcooleira, como também tornou-se sede da Regional Nordeste do MST, responsável pelo movimento recente de ocupação de terras pertencentes aos maiores grupos empresariais dedicados a esse ramo com base em um

discurso crítico sobre a questão ambiental e cultural - para além do econômico - da forma de ocupação da terra.

Caracterizamos o tipo de desenvolvimento agrário adotado na região como "precário, predatório e excludente" pois a região nordeste paulista representou um retrato do que Caio Prado Jr chamou de "evolução cíclica, por arrancos"<sup>8</sup>, com a passagem da cultura de café, até sua crise, em 1929. A partir de então, houve uma sistemática substituição desta cultura pela cana-de-açúcar. Os engenhos, ainda sob a mesma formação social empregada no cultivo do café – a colônia – modernizaram-se, principalmente nos anos de 1950 e 1960 e 1970, e transformaram-se em usinas.

Por meio de um processo crescente de concentração fundiária, expulsão de trabalhadores e precarização trabalhista, os colonos deram lugar aos chamados boias-frias, e estes, à força de trabalho migrante, permanente ou temporária (IANNI, 2004b). Isso gerou impactos socioambientais negativos como a degradação ambiental da região e a formação de periferias - e de cidades inteiras - que abrigam essa força de trabalho precarizada pelo desenvolvimento. Este conjunto de fatores contribuiu para a territorialização do MST na região nos anos noventa (SCOPINHO, 2012).

#### Segundo Scopinho (2012):

Desde os anos setenta, a questão social do boia-fria - trabalhadores assalariados rurais temporários - tem chamado a atenção da sociedade por ser bastante expressivo o número de trabalhadores que não têm seus direitos trabalhistas e de cidadania respeitados, o que caracteriza situações análogas ao trabalho escravo e se traduz em situações epidemiológicas graves relacionadas aos acidentes, ao adoecimento e às mortes ocasionadas pelo exercício das atividades laborais. Os mecanismos de vigilância e controle social desses problemas são frágeis e insuficientes, pois o Estado desenvolve ações fragmentadas e desarticuladas e o movimento sindical encontra-se politicamente fragilizado para enfrentá-los. Em suma, o desemprego estrutural e a precarização recente das relações e condições de trabalho, associados às mudanças nos dispositivos legais que regulam os compromissos trabalhistas e sociais historicamente firmados entre o capital e o trabalho, são processos

---

<sup>8</sup> Para Prado Jr (2000) essa é uma forma tipicamente colonial de ocupação do território. Foi ela que deu o “sentido” da formação econômica brasileira: "Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira acima analisado. Como vimos é em bases precaríssimas que ela se assenta. Não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; o *sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela*. Mas um “mecanismo”, de que aquela população não é senão um elemento propulsor destinado a manter seu funcionamento em benefícios de objetivos completamente estranhos. [...] Uma conjuntura favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsão seu funcionamento e dá impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção declina e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava. (PRADO Jr, 2000, p. 126, grifo do autor).

sociais recorrentes há décadas na região e resultam no agravamento da pobreza entre os trabalhadores rurais.

Octávio Ianni (2004b) nos trouxe uma referência empírica sobre este processo histórico de desenvolvimento capitalista no campo desta região<sup>9</sup>. Para Ianni, não só o desenvolvimento urbano-industrial foi possível apenas pelo emprego dessa imensidão de camponeses expulsos do lugar de origem, mas, o padrão de reprodução do capital industrial adotado no Brasil necessitou de uma agricultura organizada de forma a baixar os custos de reprodução da força de trabalho urbana, ou seja, de uma agricultura precária, predatória e excludente, fosse ela "modernizada" ou não.

O processo de modernização agrícola foi extremamente difícil para os trabalhadores rurais. Esses viram suas condições de vida piorarem, sendo obrigados a buscarem alternativas cada vez mais precárias de trabalho. Entretanto, o sentido positivo da expressão "modernização" esconde a face violenta do tipo de desenvolvimento adotado para o campo. Esse sentido dado ao desenvolvimento apela ao dado tecnológico e produtivista e acompanhou anos mais tarde o processo que se convencionou chamar de "agronegócio", que foi fortemente violento frente à possibilidade da reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais do campo - os quais reorganizaram-se no contexto de redemocratização do país.

Nos anos de 1990, esse contínuo processo de expropriação de camponeses pouco se alterou. Embora o modelo da "revolução verde"<sup>10</sup> entrasse em crise (OLIVEIRA, STEDILE, 2005), a escolha feita pelos governantes foi a aliança com o capital internacional através da abertura política que intensificou as dificuldades de agricultores em competirem no mercado mundial. A proletarização e o êxodo rural continuaram na ordem do dia (BRANFORD, ROCHA, 2004). Nessa mesma década, o MST ganhou certa projeção e apoio de entidades nacionais e internacionais depois de sofrer dois massacres (em Corumbiara-RO, 1995, e Carajás-PA, 1996). Pode-se dizer que a luta pela terra politizou-se e a reforma agrária entrou na agenda do Estado brasileiro, ainda que como "política compensatória" (CARVALHO, 2004).

---

<sup>9</sup> A obra refere-se a uma pesquisa realizada no município de Sertãozinho - cidade que se localiza na macrorregião de Ribeirão Preto.

<sup>10</sup> Graziano da Silva (1976) afirmou que a modernização agrícola no Brasil baseou-se na chamada "revolução verde" adotada anteriormente em larga escala na Ásia. Essa consistiu no uso de tratores, defensivos agrícolas e fertilizantes por meio do crédito agrícola como forma de acesso. Entretanto o crédito era sempre mal distribuído e serviu, em última instância, como mecanismo de transferência de renda para os grandes proprietários.

A partir dos anos de 1980, a expressão “agronegócio” passou a designar a forma como se deu o revigoramento da “moderna agricultura”, após o esgotamento daquele modelo. Para Hereida, Palmeira, Leite (2010), o agronegócio renova e reforça a antiga ideia, tipicamente dualista, da contraposição de uma agricultura moderna à outra atrasada no Brasil. Como esclarecem os autores, o agronegócio - e sua matriz *agrobusiness* - foi, originalmente, contraposta ao latifúndio, ou seja, ao arcaísmo que este representava, entretanto, no Brasil, não foi capaz de modificar tal estrutura, pelo contrário, passou a reforçá-la sob um novo discurso modernizante.

O agronegócio passou, a partir de então, a representar o principal obstáculo aos movimentos sociais de luta pela terra e, por isso, o principal alvo das críticas. O discurso desses movimentos que antes se voltavam, exclusivamente, contra o latifúndio improdutivo passou a não mais ser suficiente. No final dos anos de 1990, a forte pressão ideológica do agronegócio, o declínio do debate público sobre a reforma agrária, o aumento da repressão aos movimentos sociais e a concretização da MRAM (Modelo de Reforma Agrária de Mercado)<sup>11</sup> como principal política pública para a questão agrária alteraram os discursos e as formas de luta do MST e é nesse contexto de disputas que se enquadra o Encontro Nacional de Violeiros organizado por este movimento social.

Atualmente, a região de Ribeirão Preto configura-se como um polo comercial e também ideológico do agronegócio. Lá ocorrem a *Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação*, que em 2013 esteve na sua vigésima edição, e a *Festa do Peão de Boiadeiros de Barretos*, na sua quinquagésima oitava edição. Além disso, há uma forte presença da Abag-RP (Associação Brasileira de Agronegócio), criada para defender e legitimar os interesses do agronegócio associando-o, falsamente, ao desenvolvimento sustentável, à produção de energia "limpa", à diversificação da produção de alimentos, etc.

Como afirma Fernandes (2008, p.48):

A partir do início da década de 1990, a questão agrária passou a ser constituída de novos elementos. O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Agora, o agronegócio, com toda a sua potencialidade tornara-se um dos principais desafios para a luta pela terra e

---

<sup>11</sup> A adoção do MRAM pode ser vista como a implantação de um conjunto de políticas estatais com o objetivo de combater outro tipo de ação fundiária, a dos movimentos sociais, que se baseia na desapropriação de terras privadas que não cumprem sua função social. Segundo Pereira (2009, p.186), "Politicamente, o objetivo do governo federal e do BM [Banco Mundial, idealizador do projeto] era diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar a adesão de trabalhadores sem-terra".

para a reforma agrária. Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Foi uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

Para Carvalho (2004), o agronegócio representa uma continuidade do ideal político das classes dominantes agrárias, o qual perdura desde os anos cinquenta do século passado: a modernização agrícola sem reforma agrária. A adoção da chamada "revolução verde" como principal instrumento de modernização agrícola aliada às políticas de "colonização dirigida" do regime militar e ao crédito agrícola dirigido, entre outras medidas, materializou este projeto para o campo no Brasil. Desde então, enfrentou resistência de camponeses, organizados ou não, gerou conflitos, expropriação e dizimação de populações rurais e indígenas. O agronegócio, amparado por sua força ideológica (neodesenvolvimentista), sua organização dentro do Estado, por meio da UDR (União Democrática Ruralista), renovou as forças do latifúndio improdutivo - que havia, de certa forma, se desgastado depois de anos de luta dos movimentos sociais do campo - e se tornou o principal obstáculo à luta pela terra e ao projeto de reforma agrária dos movimentos sociais.

Concomitantemente à consolidação do agronegócio a partir de meados dos anos de 1980, junto com o processo de redemocratização do país, surgiu o MST<sup>12</sup> que se destacou neste período e na década seguinte por meio da sua extraordinária territorialização, o que recolocou a histórica reivindicação da reforma agrária na agenda política do país.

O Encontro Nacional de Violeiros do MST, insere-se neste contexto de disputa por duas lógicas distintas que pautam a modernização agrícola. Por localizarem-se na região da "capital nacional do agronegócio", ocorreram iniciativas pioneiras na realidade dos assentamentos dessa região. Uma delas foi a implantação do modelo PDS (Projeto de desenvolvimento Sustentável)<sup>13</sup>, trazido de projetos de assentamentos da região amazônica, que prevê iniciativas ambientais e socioculturais que vão além da preocupação somente com a distribuição de terras.

---

<sup>12</sup> Fundado oficialmente em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, no Paraná.

<sup>13</sup> "O PDS é uma modalidade de projeto de assentamento de interesse socioeconômico e ambiental, que se destina a atender a demanda social pela terra desenvolvendo atividades produtivas de baixo impacto ambiental em sistema produtivo agroecológico e em modo de produção associativo" (SCOPINHO, 2012, p. 25, nota de rodapé 1). Sobre PDSs no estado de São Paulo, Scopinho (2012) e Ramos Filho, Szmrecsányi, Pellegrini (2010).



Além disso, a origem urbana dos trabalhadores acampados passou a ser uma realidade que não podia mais ser desprezada pelo movimento. Nesse sentido, destacam-se os ideais de "recampesinação" e "ressocialização" dos acampados e assentados que passaram a fazer parte de um conjunto de trabalhos de formação política, social e cultural do Movimento. A ideia de "enraizamento" passou a ser de fundamental importância na luta pela terra, pois essa categoria dialoga com o processo histórico amplo do tipo de desenvolvimento capitalista ao qual o desenraizamento de trabalhadores rurais foi inerente. Segundo Scopinho (2012), as trajetórias sociais dos trabalhadores assentados no Assentamento Sepé Tiaraju, inscrevem-se neste processo.

Acreditamos que a cultura caipira aparece nesse contexto como um instrumental de elementos que, ao ser valorizado, contém uma crítica inerente ao modelo agrícola do agronegócio. Esse tipo de crítica que apela para o passado é, muitas vezes, interpretado como conservadora, porém, Thompson (1998) nos dá elementos para interpretá-la de outra forma:

Como o capitalismo (ou seja, o “mercado”) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa ideia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano (THOMPSON, 1998, p.19).

Diante da realidade atual, foi justamente o fortalecimento de valores tais como a solidariedade vicinal, a margem de lazer, a "vida simples", a "resistência em adaptar-se", a relação com a terra e a natureza, o conhecimento tradicional, as práticas anticonsumistas, entre outros, que o MST procurou tratar nos Encontros como estratégia organizativa para os assentamentos rurais na Região de Ribeirão Preto.

#### **4.2. O Encontro Nacional de Violeiros**

Entendemos que esse evento pode ser lido como parte do processo de consolidação do Movimento na região Nordeste Paulista, que tem a cidade de Ribeirão Preto como uma espécie de capital regional. No ano anterior à primeira edição, em novembro de 2002, oficializara-se o Assentamento Sepé Tiaraju, no município de Serra Azul-SP, na modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) que impõe a agroecologia e a cooperação como diretrizes organizativas. Este representou o início da realização de um projeto político do MST, pois foi o primeiro assentamento nesse formato criado no Estado de São Paulo. Ademais, a eleição de Lula para a presidência da

República naquele mesmo ano sinalizava um clima de otimismo na luta pela reforma agrária.

O *I Encontro Nacional de Violeiros e Festa do Milho Verde em Louvor à São José Operário* ocorreu em 16 de março de 2003 e reuniu, aproximadamente, 40 violeiros que se apresentaram das 10:00 horas às 22:00 horas (ANGELUCCI, 2007). O I Encontro deixou de ser uma "pequena reunião" de violeiros. Esperava-se um público de 1.500 pessoas, já muito superior ao que se imaginara inicialmente, porém, no dia da festa, estimou-se que passaram por lá cerca de 10.000 pessoas, sendo que toda a comida preparada esgotou-se rapidamente. Esse fato deixou evidente para os idealizadores a necessidade de melhorar e tornar mais eficiente a organização para os próximos encontros. Também foi flagrante a potencial abertura que a cultura da viola, a música caipira, a festa popular tinham naquela região.

O *II Encontro Nacional de Violeiros e Festa do Milho Verde* aconteceu em 14 de março de 2004, das 09 horas até meia noite. Devido à experiência acumulada no I Encontro, houve uma maior organização com base no potencial de público presente e também maior participação da direção do MST na organização, que estimou a presença de 8.000 pessoas, enquanto que a guarda municipal de Ribeirão Preto contabilizou 10.000. Entretanto, uma chuva que durou a tarde toda acarretou sobra de alimentos (ANGELUCCI, 2007).

O III Encontro deu continuidade à crescente participação da direção do MST em seu processo organizativo e, com isso, foi se identificando cada vez mais com os princípios organizativos do Movimento, como o cooperativismo, a mística<sup>14</sup>, a politização e a militância e o trabalho de formação e de base. Isto caracterizou a tendência à nacionalização do Encontro.

Pudemos confirmar que em termos organizativos, o Encontro Nacional de Violeiros, especialmente a quarta edição, logrou grande êxito. Já no I Encontro, esse evento reuniu aproximadamente dez mil pessoas em torno da celebração da viola, dos violeiros e de manifestações culturais tipicamente caipiras. Por esse motivo, já foi considerado o maior do Brasil nesse formato (ANGELUCCI, 2007). Sua importância trouxe bons resultados, inclusive, para as dezenas de violeiros que se apresentaram. A

---

<sup>14</sup> A mística é uma importante estratégia organizativa do MST, a qual procura conservar elementos políticos da luta com aspectos subjetivos da militância. Em praticamente todos os eventos organizados pelo Movimento, são realizadas místicas. Sobre a mística no MST: Bogo (2003) e MST (1998).

apresentação nesse evento passou a valorizar o currículo e o cachê de muitos deles. Paralelamente a isso, revelou novos violeiros e redescobriu alguns antigos que estavam esquecidos e já longe de trabalhos com a viola. A principal materialização deste processo foi a criação, durante o segundo Encontro, em 2004, da Associação Nacional de Violeiros do Brasil (ANVB), que foi propiciada pela relação criada entre alguns violeiros e o MST e representou um ganho organizativo para a categoria.

Pudemos confirmar, também, sua grande contribuição para o processo geral de consolidação e valorização da viola caipira no Brasil<sup>15</sup>. Abriram-se novos espaços para a valorização da viola. Um ano após o sucesso do I Encontro, surgiu o Festival "Viola de todos os Cantos" da Rede Globo de Televisão, divulgado nacionalmente e que, no ano de 2014, foi para a sua 13<sup>o</sup> edição. Embora fosse pensado em um formato bastante diferenciado dos Encontros do MST, não podemos deixar de pensar na influência de um sobre o outro.

A título de ilustração da estratégia organizativa do Movimento, tomemos como exemplo o IV Encontro que foi o mais significativo em termos de estruturação e organização, denominado *Festa das Sementes em Louvor a São Francisco de Assis*. Com uma semana de duração, iniciou-se no dia 2 de outubro de 2006, uma segunda-feira, e terminou no dia 8 de outubro de 2006, um domingo, sendo que os dois últimos dias foram dedicados à apresentação dos violeiros, e os anteriores, à construção das oficinas preparatórias<sup>16</sup>. Havia por volta de 300 pessoas envolvidas na construção do IV Encontro. Em sua grande maioria, militantes do MST, Violeiros, assentados do Assentamento Sepé Tiaraju e do, então, Pré-Assentamento Mário Lago<sup>17</sup> (SCOPINHO, 2012).

De todos os Encontros, este foi o que mais contou com a participação da direção do MST no processo organizativo. Ela se deu em dois sentidos: primeiramente, vieram delegações de vários estados para participar desde o início da semana - houve, inclusive, um esforço em se trazer militantes de estados que nunca tinham participado; segundo, a orientação organizativa para a cooperação, que foi muito presente. A principal realização,

---

<sup>15</sup> Como afirmou um dos entrevistados, a viola caipira passou por um processo de revitalização e valorização desde meados dos anos oitenta, depois de anos de desvalorização, quando era associada à música sertaneja.

<sup>16</sup> "As oficinas oferecidas foram: confecção de tambores, expressão corporal, adorno e ornamentação, brinquedos e brincantes, formação em comunicação, *luthieria* (fabricação de viola), produção de sementes e iniciação musical à viola caipira" (SCOPINHO, 2012, p. 159).

<sup>17</sup> Localizado na no Município de Ribeirão Preto.

nesse sentido, foram as oficinas preparatórias. Por meio de um trabalho coletivamente organizado, as pessoas envolvidas nessa semana de construção do Encontro puderam se dedicar a tarefas as quais lhes agradavam mais. Trabalho, ensino e aprendizado coletivos misturavam-se nas oficinas que, ao mesmo tempo, construíam o Encontro e contribuíaam na formação dos envolvidos. Nas palavras de uma assentada e organizadora do Encontro:

*E nesse IV Encontro, então, ele começou, na segunda, com as oficinas, e vai até domingo. Então, nós estamos muito felizes, porque foi a primeira vez que a gente conseguiu trazer de maneira mais organizada as Regionais para o Encontro. [...] Acho que é interessante, porque [antes] a gente fazia uma festa para a sociedade, então, sem dúvida, de uma importância política muito grande, mas o pessoal do Movimento aproveitava pouco isso. Então, quem não tinha condições de vir, acabava não vindo. E dessa vez, com a vinda dos ônibus, já para participar das oficinas, a gente conseguiu garantir uma participação e um envolvimento maior. [...] o Encontro, cada vez mais, ele está se tornando um Encontro do Setor de Cultura, um Encontro do MST estadual, um Encontro construído pelo MST e pelos amigos do MST e isso é muito interessante<sup>18</sup>.*

As oficinas baseavam-se num tripé: "capacitar, participar, contribuir". Elas tinham como objetivo a contribuição de todos na construção e organização do Encontro por meio de um trabalho cooperado dividido em tarefas. Ao mesmo tempo, elas garantiam o envolvimento das delegações para além do dia da "festa", de fato, proporcionando sua participação em todo o processo organizativo. Fazendo isto, todos estariam envolvidos num processo de formação, tanto técnica - construção de instrumentos, dança, comunicação, técnicas de produção, sementes crioulas, etc. -, quanto dos valores da cultura camponesa que o MST pretendia cultivar em seus militantes.

Para outro assentado, as oficinas tiveram um resultado prático: além do aprendizado, a própria construção do Encontro e a transferência do conhecimento adquirido para outras regionais; mas, o mais importante, para ele, foi a formação política das oficinas ao proporcionar aos participantes vivenciarem situações no cotidiano do processo organizativo do Encontro que dizem respeito a um ideal de sociedade comunitária pensado pelo MST. A solidariedade, a cooperação, a pesquisa, a arte, o trabalho, o ensino-aprendizagem são valores cultivados não apenas como elementos externos, residuais ou estanques, mas necessários a todos os momentos da vida comunitária.

---

<sup>18</sup> Depoimento colhido em 2006 (fonte documental).

Se considerarmos o tripé "aprendizagem, construção e participação", a aprendizagem estaria no fato de que, nas oficinas, os participantes teriam contato com este universo cultural esquecido e dominado pela indústria cultural massificada. Isso daria, principalmente aos jovens "urbanizados", a oportunidade de uma maior autonomia nas escolhas culturais. Como afirmou esta entrevistada:

*Uma característica que a gente vê que é gritante é a presença da juventude. E, uma juventude bastante urbanizada também. Que essa é a realidade do MST, não é? Então, às vezes, os pais, eles até têm um vínculo com a terra ou já trabalharam na terra, mas os filhos não são da terra. E a gente vê isso presente no jeito de se vestir, no jeito de conversar, no tipo de música que gosta, não é? Então cada vez mais o Movimento está se abrindo para ver que esse não é um problema. A pessoa que está no Movimento Sem-Terra, ser urbanizado, isso não é um problema, mas é uma diferença que a gente precisa aprender a trabalhar. E, se esses jovens têm a oportunidade de conhecer outros tipos de músicas além das que eles gostam...<sup>19</sup>*

Foram as oficinas que agregaram os militantes vindo de outras regionais do MST. Nelas, eles tiveram a oportunidade de aprender sobre a cultura popular caipira e ao mesmo tempo construir o Encontro Nacional de Violeiros. Este é um dos elementos que contribuiu para que o Encontro de Violeiros fosse deixando seu caráter regional e se tornando nacional, além, é claro, da contribuição dos violeiros vindos de "todos os cantos do Brasil".

Constatamos que a valorização da cultura caipira, no Encontro Nacional de Violeiros do MST, configurou-se como uma estratégia organizativa com vistas ao enraizamento dos assentados. A população que povoa os assentamentos da região nordeste paulista caracteriza-se, em geral, por sua trajetória de migração, pela passagem por trabalhos precários, pela moradia em periferias urbanas, características estas que marcaram o processo histórico de desenraizamento. Posto isto, o MST investe em um trabalho formativo de ressocialização e recampesinação dos assentados com vistas ao enraizamento dessas pessoas no assentamento. Atuaram, neste sentido, experiências vividas como o trabalho cooperado e autogerido, que se deu nas oficinas, em contraposição à lógica competitiva, heterogerida e precarizante de trabalho.

Em resumo, verificamos que os sentidos da valorização da cultura caipira no Encontro deram-se sob três eixos: 1) valorização da viola, como um dos mais importantes símbolos da cultura caipira, dos violeiros e das manifestações populares

---

<sup>19</sup> Depoimento colhido em 2006 (fonte documental).

caipiras; 2) valorização da "cultura de raiz" em oposição ou como alternativa à "cultura massificada" - da qual, segundo os organizadores, se utiliza o agronegócio para sua autopromoção; 3) estratégia de enraizamento dos assentados - proporcionada pela releitura das tradições camponesas aplicadas no processo cotidiano da construção dos Encontros.

Pudemos chegar a tal análise com base na fonte documental de informações. Como vimos, tratou-se de um conjunto de entrevistas realizadas no período de realização do IV Encontro, no ano de 2006, com o objetivo de internalizar o registro e a memória desse evento. Adiante, passamos para a análise baseada no confronto dessa com outra fonte de informações que utilizamos para a realização da pesquisa: um trabalho de campo baseado em técnicas e elementos etnográficos.

Em nossas entrevistas de campo, realizadas quase dez anos após os Encontros, deparamo-nos com elementos críticos àquela visão. Pudemos verificar que, diferente do que pareceu anteriormente, houve alguns desencontros entre as expectativas que os organizadores tinham quanto aos objetivos dos Encontros de Violeiros. Essas diferenças estiveram em disputa durante o período de organização e realização dos Encontros. Para alguns, o objetivo central era a forte estruturação do processo organizativo do evento, pois este representava a imagem do Movimento para a sociedade e parte da sua consolidação na região. Para outros, o objetivo principal foi a busca da melhor qualidade daquilo que se propunha transmitir (apresentações musicais) para o público em geral, fossem assentados ou moradores da região que se identificavam com a cultura caipira. Ou seja, "devolver" ao público a cultura caipira de uma forma diferente daquela dada pela indústria cultural. Houve ainda aqueles que se preocuparam, fundamentalmente, com os retornos práticos que o Encontro de Violeiros poderia trazer para os assentados da região, principalmente, no âmbito da cultura e lazer no assentamento.

Concluimos, após a análise de nossas entrevistas, que as duas primeiras propostas cumpriram, em grande medida, seus objetivos, pois confirmou-se a forte estruturação dos Encontros e a qualidade musical das apresentações, inclusive, com um ganho em organicidade e valorização real para a categoria de violeiros e para o movimento geral de revitalização da viola no Brasil. Podemos afirmar que isso contribuiu para o processo de consolidação do MST na região na medida em que mostrou a capacidade organizativa e produtiva do Movimento para a comunidade no entorno. Verificamos isso com base em depoimentos que afirmavam que o grande preconceito sofrido pelos assentados e

acampados na região pode ser "amenizado" com base no "sucesso" que teve esse evento diante de seu público.

Essas observações valem também para pensarmos se o discurso do enraizamento foi, de alguma forma, concretizado. Consideramos que a mudança da relação entre o assentamento com a comunidade ao seu entorno, que era de muito preconceito, é um dos elementos que podem estar contidos neste processo e, como vimos, foi uma experiência muito positiva, não só pelos apoios conseguidos - e os Encontros foram determinantes para isso -, mas também pela consolidação do Movimento na região. Hoje, a presença dos assentamentos e acampamentos é uma realidade que faz parte do cotidiano das cidades ao entorno e observamos que eles têm, inclusive, certa influência política nos municípios na região.

Porém, nossas observações de campo referentes ao atual momento do processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju indicou-nos que seus desdobramentos quanto à formação para a autoorganização de espaços coletivos de cultura e lazer nos assentamentos não se cumpriram da maneira esperada para alguns dos organizadores. Esses espaços, hoje, são praticamente inexistentes. Prevalece no assentamento a reprodução de padrões de desigualdade e de uma cultura política tradicional e centralizadora, elementos contrários aos que se buscavam por meio da estratégia organizativa do Encontro Nacional de Violeiros. Alguns dos principais conflitos no Assentamento Sepé Tiaraju expressam, exatamente, a contradição que fora explorada nos Encontros entre a realidade sociocultural dos assentados e os ideais de futuro pensados para eles - que congregam desejos e interesses da sociedade mais ampla, cristalizados nos órgãos como o Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, responsável pelo assentamento - e o próprio MST.

## **5. Considerações finais**

Nosso objetivo, com este trabalho, foi o de analisar os significados de um processo social recente de valorização da cultura caipira. Fizemos um estudo empírico sobre o Encontro Nacional de Violeiros realizado pelo MST, entendido como forma de valorização da cultura caipira, e seus desdobramentos para o processo organizativo dos trabalhadores assentados.

Utilizamos-nos de duas fontes de informações distintas sobre este objeto: uma documental e outra baseada em trabalho de campo, no qual realizamos entrevistas com

assentados que participaram da organização, passada mais de uma década da realização do primeiro encontro. Pudemos, com base nisso, obter informações sobre os meandros do processo organizativo dos Encontros de Violeiros no período de sua realização e, também, sobre o cotidiano e o atual processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju. Além de uma reavaliação sobre os Encontros, do ponto de vista desses assentados.

Na região nordeste paulista, houve um caso proeminente do tipo de modernização agrícola, que tornou a cidade de Ribeirão Preto conhecida como a capital nacional do agronegócio. No entanto, o caráter "moderno" de sua agricultura não significou uma mudança no nível precário, predatório e excludente de seu desenvolvimento. Atualmente, os maiores grupos do ramo de produção sucroalcooleira empregam força de trabalho migrante oferecendo precárias condições de trabalho, causando problemas de saúde e mortes de trabalhadores nos canaviais, além de que são constantes as denúncias de emprego de trabalho em situações análogas à escravidão. Esses efeitos socioambientais negativos causados por este processo contribuíram, ao mesmo tempo, para a entrada e consolidação do MST na região por meio da produção um discurso ambiental, social e cultural que envolve o tipo de ocupação da terra.

É neste processo de disputas que se inscreveu o Encontro Nacional de Violeiros. Seu objetivo era o de criar um espaço de valorização de elementos da cultura caipira como parte de um conjunto mais amplo de estratégias formativas e organizativas do Movimento na região.

Verificamos distintas visões entre os organizadores e participantes sobre esse aspecto, mas acreditamos que, num sentido geral, buscou-se uma valorização de aspectos culturais do modo de vida caipira não enquanto folclore ou tradição passada, mas enquanto "costume", no mesmo sentido dado por Thompson (1998), ou seja, buscou-se valorizar elementos que pudessem ser aproveitados na luta cotidiana contra o agronegócio e contra uma cultura individualista e consumista imposta pelos padrões capitalistas. Partimos da hipótese de que essa luta significou a busca pelo enraizamento desses assentados entendido como um processo de recampesinação e ressocialização segundo os ideais anticapitalistas do Movimento.

O processo de crítica ao pensamento dualista realizado pela Escola Sociológica Paulista que analisamos, nos mostrou que não podemos considerar o modo de vida caipira simplesmente como reminiscências de um passado fadado a desaparecer. Pelo



contrário, ele inscreve-se de maneira significativa no processo *sui generis* de como se constituiu a modernização capitalista num espaço periférico de desenvolvimento. Desse modo, afirmamos que a cultura caipira faz parte, intrinsecamente, daquilo que passamos a chamar de moderno, no Brasil. Isto nos fez refletir criticamente sobre nosso campo empírico pois, mais do que presente na memória e em momentos passados de uma trajetória de vida, nossa análise nos confirmou que a cultura caipira encontra-se, em sua forma histórica atual - dinâmica e contraditória -, inegavelmente, viva dentro dos assentamentos rurais e que faça parte das contradições e conflitos presentes nesses espaços.

Por este mesmo motivo, também, seria um equívoco considerarmos os assentamentos e acampamentos de reforma agrária como ilhas isoladas da sociedade do entorno. Atualmente, os assentamentos e acampamentos rurais compõem a paisagem de muitas regiões, como a de Ribeirão Preto e, como vimos, incorporam e reproduzem os processos hegemônicos, sejam os padrões de exploração dentro de seus territórios, ou a permanência da histórica e antiga função que exerce o campesinato precário no Brasil, de servir como sustentáculo de um desenvolvimento precário predatório e excludente, que se renova e se moderniza a cada ciclo.

A instrumentalização da cultura caipira, ao ser valorizada nos Encontros, refletiu uma visão específica sobre essa cultura que não é a mesma dos assentados que buscam, em meio às condições precárias, melhorias para sua condição de vida. Ela não considerou as contradições e o dinamismo que definem toda cultura e, dessa forma, distanciou-se da realidade atual e dos valores e objetivos que os assentados buscam no processo de luta pela terra.

Muitos dos problemas e conflitos internos que observamos no atual processo organizativo do assentamento refletem justamente esta contradição entre o ideal de futuro pensado para o assentamento - que ecoa desejos e ideais da sociedade mais ampla, cristalizados em órgãos como o Incra, responsável pelo assentamento, e o MST, responsável pelo processo de luta que deu origem aos assentamentos na região - e as experiências de vida dos assentados marcadas pelo processo histórico de desenraizamento.

Acreditamos que esta seja uma das explicações para o fato de os conflitos serem mais explícitos e as contradições mais acirradas nestes espaços. Por esse motivo, acreditamos que um ideal de enraizamento que apele para a instrumentalização de um

passado, idílico, mesmo que ressignificado, não tenha tido tantos efeitos práticos para o processo organizativo entre os assentados.

Apesar destas reflexões críticas sobre o Encontro Nacional de violeiros, reconhecemos a importância que representou para o processo de consolidação do MST na Região Nordeste Paulista por meio da sua capacidade organizativa e da criação de um vínculo mais estreito com a comunidade do entorno - elementos estes que, evidentemente, fazem parte do ideal de enraizamento buscado. Embora houvesse divergências, desencontros e contradições em seu processo organizativo, todos os nossos interlocutores lembraram com nostalgia do período de realização dos Encontros de Violeiros, da satisfação em construí-lo e de apreciá-lo como um espaço de confraternização, de cultura e de lazer, justamente, uma das maiores carências dos assentados na atualidade.

## 6. Referencias bibliográficas

ALONSO, G. **Cowboys do asfalto**: música sertaneja e modernização brasileira. 2011. 528 p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ANGELUCCI, T. C. **O espaço da cultura na luta pela reforma agrária**: meandros do Encontro Nacional de Violeiros. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

BASTOS, E. R. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: ANPOCS: Sumaré; Brasília: CAPES, 2002, p. 183-230.

BEAUD, S.; WEBER, F. Preparar e negociar uma entrevista etnográfica; Conduzir uma entrevista. In: \_\_\_\_\_. **Guia para pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANFORD, S.; ROCHA, J. **Rompendo a cerca**: a história do MST. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BOGO, A. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria duas cidades, 1971.

CARVALHO, H. M. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 113-122, Agosto/dezembro 2004. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1475/145>>. Acesso em: jan. 2014.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; (Orgs.). **Reforma agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 27-52.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. A agricultura e o crescimento econômico brasileiro recente. In: Curso de Extensão Universitária. **Visão agrária brasileira**. Botucatu: Outubro de 1976, p. 3-19.

HAAG, C. Saudades do Jeca no século XXI. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 164, Outubro de 2009, p. 80-85.

HEREIDA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 74, Outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

IANNI, O. Neobismarckismo (ISEB). In: \_\_\_\_\_. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004a, p. 252-259.

\_\_\_\_\_. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2009.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. Introdução: as coisas no seu lugar (Da ambiguidade à dualidade na reflexão na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: \_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 11-38.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciência sociais no Brasil. Em: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 2, nº 5, outubro de 1987.

MST. **Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo**. São Paulo, Março de 1998 (Caderno de formação n. 27).

\_\_\_\_\_. **XVII Encontro Estadual do MST**. Iaras, dezembro de 2001 (Textos para estudo e debate).

OLIVEIRA, A. de P. **Miguilin foi pra cidade ser cantor: uma antropologia da música sertaneja**. Florianópolis, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009.

OLIVEIRA, A. U.; STEDILE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Publicação da Via campestina, maio de 2005.

ORTIZ, R. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, jul. 1990, p. 163-175.

\_\_\_\_\_. Octávio Ianni: a ironia apaixonada. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; BEHRING, Elaine Rosseti (Orgs.). **Pensamento de Octavio Ianni**: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 43-54.

PEDRAZOLLI FILHO, F. **A valorização dos desvalorizados**: (des)encontros entre luta pela terra e cultura caipira no Nordeste Paulista. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em:

<[http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=8262&PHPSESSID=f3aa2bef6d88e93b20e60ce8a8bf5978](http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8262&PHPSESSID=f3aa2bef6d88e93b20e60ce8a8bf5978)>. Acesso em abril de 2015.

PEREIRA, J. M. M. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: Contestação e resistência à Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial durante o governo FHC. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas (vol. 2): A diversidade das formas das lutas no campo. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2009, p. 279-302.

PIRES, C. **As estrambólicas aventuras de Joaquim Bentinho – O Queima-campo**. Itu: Ottoni, 2004.

\_\_\_\_\_. **Conversas ao pé do fogo**: estudinhos – costumes – contos – anedotas – cenas da escravidão. Itu: Ottoni, 2002.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000 (Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).

QUEIRÓS, M. I. P. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.

RAMOS FILHO, L. O.; SZMRECSÁNYI, T.; PELLEGRINI, J. B. R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. In. **Revista Retratos de Assentamentos**, n. 13. Araraquara: NUPEDOR/UNIARA, 2010, pp. 207-238.

RIDENTI, M. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: UNESP, 2010.

SANTOS, R. A. dos. Lobato, os Jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. **Achegas.net - Revista de Ciência Política**, n. 7, mai. 2013. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo\\_santos.htm](http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm)>. Acesso em: Jan. 2014.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividade. São Paulo: Annablume, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEIL, S. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.